

FALA DOCENTE!

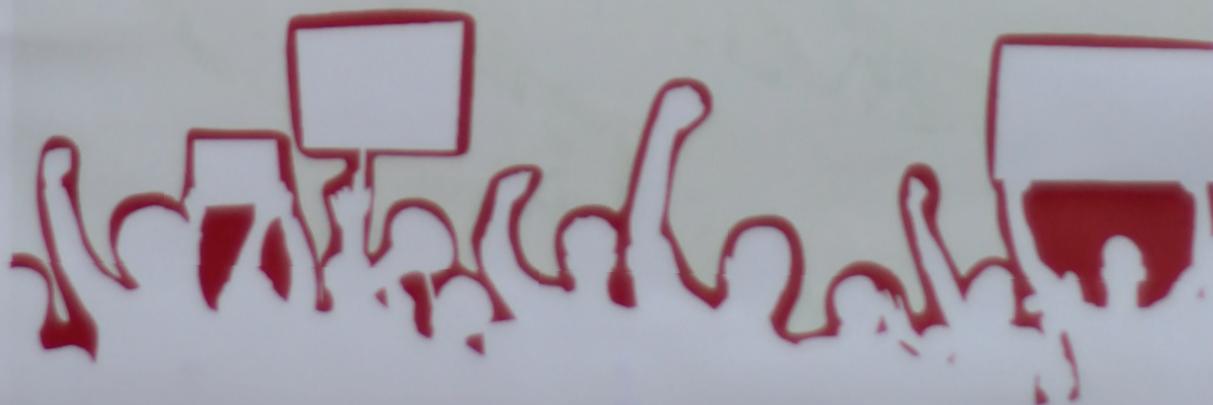
Informativo da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa - SINDUEPG

Ano 21 - Nº 65 | Fev. 2024

Seções Sindicais conquistam aumento nos Adicionais de Titulação

**PELA APROVAÇÃO DO
PLANO DE CARREIRA
DOCENTE JÁ!**

**CHEGA DE TANTO ESPERAR.
RATINHO JR., PAGUE O QUE NOS DEVE!**



ADUNICENTRO ADUNIOESTE SESDUEM  SINDUEPG SINDUNESPAR

editorial

2023 foi um ano excepcionalmente duro na relação dos docentes com o governo do estado e com as universidades estaduais paranaenses. Suportamos mais de 42% de defasagem salarial; a precarização das condições de trabalho expressa pela implantação da Lei Geral das Universidades (LGU); o risco iminente de fechamento de cursos de graduação; a ausência de concurso público para servidores efetivos; a superexploração docente; um regime de trabalho que está longe de atender a atual realidade do magistério superior; e, ainda, o adoecimento físico e psicológico docente que impacta diretamente a quali-

dade de vida e o trabalho, com efeitos no ensino, na pesquisa e na extensão.

Nesse contexto, no mês de maio, foi eleita, para o biênio 2023-2025, a mais recente Diretoria do Sinduepg que – sob a proposta de Diálogo e Ação – tomou posse durante o curso de uma greve, deflagrada no âmbito das sete instituições estaduais de ensino superior, com o propósito de organizar a luta política em relação aos temas apontados e também a outros que venham a surgir e se tornem objeto de debates por parte da categoria, transformando-se em bandeiras de luta. É por meio do diálogo propositivo, construído na base

da transparência, que teremos capacidade para retomar a dignidade docente.

Nossa luta pela recomposição das perdas inflacionárias, seja por meio da data-base e pela isonomia de pagamentos dos percentuais de titulação contínua. Mas não é só isto que deve estar na nossa agenda em 2024. Resistir à LGU e seus efeitos é outro desafio a ser fortalecido. O movimento sindical docente está organizando para meados de abril mais um seminário para discutir a LGU e definir as estratégias para enfrentar esse ataque à autonomia e ao sucateamento do ensino superior público paranaense.

Como está previsto, ano que vem, a LGU completará seu ciclo de implantação. Não podemos recuar diante deste retrocesso!

O Sinduepg é um importante instrumento de luta de toda categoria docente, e a efetividade de suas ações depende da participação de todos e todas, em um esforço coordenado na busca pela superação da precarização e na construção de um ensino superior público, de qualidade e socialmente reconhecido e referenciado. Esta edição do Fala Docente busca informar e chamar ao debate toda a categoria docente para que, por meio da ação e do diálogo, possamos avançar na luta.

serviço

Sinduepg oferece assessoria jurídica aos docentes filiados

Atendimento é variado em diversos segmentos

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Sinduepg) oferece assessoria jurídica para os professores e professoras filiados à entidade. As questões atendidas são variadas, como condições de trabalho da categoria; promoção e progressão da carreira; questões relativas ao departamento de atuação; desdobramentos de distribuição de aulas; licenças e afastamentos; e capacitação profissional, entre outras. Além disso, a assessoria ajuda no planejamento previdenciário e de aposentadoria, assim como todas as alterações da carreira docente.

As consultas são feitas com o assessor jurídico do Sinduepg, Paulo Eduardo Rodrigues, e po-

dem ser feitas online ou presencialmente.

Rodrigues também trata de problemas jurídicos que não tenham relação com o ambiente de trabalho. “São outros impasses jurídicos que eu proporciono o atendimento ao professor para que ele tenha tranquilidade suficiente para exercer suas atividades docentes”, relata. Nesses casos, o atendimento é pago, mas com um valor reduzido para os associados.

O atendimento é individual e sob sigilo e pode ser realizado tanto por videoconferência quanto presencial. Neste caso, o atendimento pode ser O escritório, que está localizado na Rua Dr. Paula Xavier, 1409, ou na sede do Sinduepg, em Uvaranas.



EXPEDIENTE

Informativo da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa
SINDUEPG / ANDES-SN

Gestão “Diálogo em Ação”
2023/2025

Volney Campos dos Santos
Presidente

Carla Roggenkamp
Vice-presidenta

Peterson Alexandre Marino
Secretário

Almir Nabozny
Segundo secretário

Marcelo Engel Bronosky
Tesoureiro

Dilma Heloisa Santos
Segunda tesoureira

Assessoria Jurídica
Paulo Eduardo Rodrigues
OAB/PR 43.909

Jornalista Responsável
João Guilherme Castro
MTB 12319/PR

Secretária Sinduepg
Andreia Silvestre

Rua Alameda Nabuco de Araújo,
nº 500 Uvaranas, Ponta Grossa

secretaria@sinduepg.com.br
(42) 3235-4106

instagram.com/sinduepg
facebook.com/sinduepg
sinduepg.com.br

Tiragem: 1.000

Impressão:
Grafipress - Londrina (PR)
CNPJ: 77.338.424/0001-95

Sinduepg participa do 42º Congresso do ANDES na Universidade Federal do Ceará

Evento deve reunir docentes de todo o país em defesa da educação



Foto do Encontro Regional Sul que aconteceu na UEPG, em setembro de 2023. Evento reuniu representantes das seções sindicais do Paraná.

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Sinduepg) participa, entre os dias 26 de fevereiro e 01 de março, do 42º Congresso do Andes-SN, em Fortaleza (CE). O evento é a instância máxima de deliberação da categoria e deve reunir representantes de todo o Brasil. O Sinduepg estará representado pelas professoras Gabriela Ribeiro, do departamento de Jornalismo, e Regina Stori, do departamento de Artes, que foram escolhidas em Assembleia Geral, realizada em dezembro de 2023.

O tema central deste congresso será “Reverter as contrarreformas, em defesa da educação, dos serviços públicos, das liberdades democráticas e dos direitos sociais”. Além disso, estão previstos assuntos como a Conjuntura e Movimento Docente;

Planos de Lutas dos Setores; Plano Geral de Lutas; e Questões Organizativas e Financeiras. Para a professora Regina Stori, o espaço de discussão vai oportunizar a integração entre docentes de diversos estados brasileiros. “É preciso ter consciência de que a luta que fazemos não se restringe à pauta local ou estadual. As ofensivas contra a educação, de modo mais amplo, têm sido constantes. Para além da educação, a classe trabalhadora e a própria democracia, com suas garantias básicas, têm sido postas em xeque”, avalia.

Para o vice-presidente regional Sul do Andes, Gilberto Calil, a participação das seções sindicais do Paraná pode contribuir bastante para o debate nacional, por conta dos descasos do governo do estado com o ensino superior público e por ser uma espécie de ex-

perimento de políticas e contrarreformas. “As universidades estaduais paranaenses têm um papel extremamente importante nesse contexto. Hoje a gente vive a luta contra a Lei Geral das Universidades (LGU), que será discutida no nosso congresso, em defesa da autonomia universitária, das condições de trabalho, pela garantia de que a universidade se mantenha efetivamente com o público, gratuita, democrática, socialmente referenciada e de qualidade”, destaca.

Além das professoras Regina e Gabriela, o Sinduepg e outras seções sindicais também estão presentes no Caderno de Textos do Congresso, com uma produção sobre o enfrentamento à lei geral das universidades (LGU) para intensificar a luta pela autonomia universitária.

Após o retorno das professoras participantes,

o Sinduepg deve promover um espaço para compartilhamento de informações e detalhes sobre a 42ª edição do Congresso do Andes. “A participação das representantes do Sinduepg possibilita um momento de reflexão e trocas com colegas de demais seções sindicais sobre essas questões. Entretanto, essas reflexões ficam limitadas se não forem compartilhadas com demais colegas da base”, finaliza Stori.



Escaneie o QR Code e acesse o Caderno de textos do 42º Congresso do ANDES

Seções Sindicais conquistam reajuste no pagamento do adicional de titulação

Vitória foi resultado de intensas lutas para recomposição inflacionária

O movimento de luta docente conquistou uma vitória significativa para os professores da UEPG e das demais universidades estaduais do Paraná. No final de 2023, já no apagar das luzes, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou alteração no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos docentes das universidades estaduais. A mudança contempla o aumento do Adicional de Titulação (ATT) dos professores. Com essa alteração no texto da Lei 11.713/1997, os docentes efetivos e temporários passam a receber os seguintes ATTs: especialistas passaram de 25% para 30%; mestres, de 50% para 60%; doutores, de 80% para 105%. A categoria cobrava aumento maior e isonômico em relação ao que foi obtido conforme tabela abaixo.

A mudança no PCCS foi uma vitória do movimento sindical que, após meses de diálogo e intensas disputas com o governo do estado, garantiu a alteração da Lei, que dispõe sobre as carreiras universitárias. Porém, o texto aprovado desconsi-



Assembleia que decidiu sobre a deflagração da greve na UEPG em maio de 2023. | Foto: Arquivo Sinduepg

derou outras reivindicações históricas do movimento sindical docente, como o aumento do piso salarial, a criação do nível de professor associado D, o auxílio-alimentação e a ascensão à classe de professor titular como parte integrante da carreira.

Em nota, o Comando Estadual de Greve ressalta a importância do avanço para a carreira: “Mesmo que a proposta apresentada não atenda, plenamente, as reivindicações diante da imensa defasagem salarial, somente com as lutas construídas pelas seções sindicais com suas bases, pelo

Comando Estadual de Greve e pela greve, é que se viabilizou essa recomposição parcial das perdas inflacionárias ainda em 2023”.

Para o presidente do Sinduepg, professor Volney Campos dos Santos, a campanha salarial de 2023 foi emblemática. “O resultado final de 2023 é uma conquista a ser comemorada, mas essa conquista, obtida da luta da categoria, não se encerra, pelo contrário, ela nos ensina a pensarmos na campanha salarial de 2024 porque a defasagem salarial continua muito grande”, destaca.

O caminho até a conquista do aumento no ATT

A alteração do PCCS é uma agenda histórica da categoria docente, cuja proposta vem sendo construída desde o ano de 2011, quando a Seti instituiu o “Grupo de Trabalho de Revisão da Carreira dos Docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná”. A criação desse Grupo foi ato do então Secretário Alípio Leal, em atendimento à solicitação das entidades sindicais representativas dos docentes das universidades estaduais do Paraná.

Ao final daquele ano foi apresentado o relatório final do Grupo de Trabalho que, dentre outros dados e documentos, continha uma minuta de lei a ser encaminhada à Alep para alteração da carreira, o que acabou por não acontecer.

Desde então houve um recrudescimento do diálogo com o governo estadual até o ano de 2015, ocasião em que, fruto da greve, uma nova mesa de trabalho foi instalada: o tema principal foi a recomposição salarial, mas

ADICIONAL DE TITULAÇÃO

	ESPECIALISTA	MESTRE / MESTRA	DOCTOR / DOCTORA
COMO ERA	25%	50%	80%
PROPOSTA DO COMANDO DE GREVE	45%	70%	100%
PROPOSTA DO GOVERNO	30%	60%	105%

os demais aspectos relativos à carreira foram, também, colocados em pauta. O evento do Massacre de 29 de abril de 2015, porém, fez com que a disposição de diálogo do estado do Paraná com os servidores do poder executivo recuasse. A greve de 2015 se encerrou e uma lei foi aprovada na Alep, e, em 2016, descumprida pelo governo, evento que ficou conhecido como “calote” do governo.

O calote avançou até 2019. Em 2020, aproveitando-se da pandemia do coronavírus, o governo embruteceu o arrocho, fazendo com que as perdas salariais decorrentes da inflação, acumulada de 2016 a 2022, alcançassem mais de 42%.

No ano de 2023, a Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp) - grupo formado pelos reitores das sete universidades estaduais do Paraná - retoma o histórico das demandas sindicais consolidadas no relatório do Grupo de Trabalho de 2011 e apresenta à Seti um plano de alteração do PCCS que, além de uma nova minuta de lei, incluiu também relatórios de impacto financeiro, com o objetivo de justificar a mudança no plano de carreira.

Em abril de 2023, a Apiesp tornou pública a minuta do Anteprojeto de Lei sobre o plano de carreira dos docentes. A minuta ficou parada durante dias, enquanto outras carreiras de servidores, sobretudo de nível técnico, seguiam sua marcha.

Diante disso, o Comando Sindical Docente concluiu que a não tramitação do plano de carreira na Casa Civil resultava de falta de vontade política do governo para com os docentes das universidades, além de uma estratégia para postergar mais



A cada ano fica muito nítido o quão ainda mais precarizado fica o ensino superior paranaense com a LGU. Uma lei geral não interessa para quem faz ensino, pesquisa e extensão efetivamente, ela só interessa para quem busca expandir poder político e aumentar a ingerência na gestão universitária[...]. Essa é uma campanha que nós vamos desenvolver de forma contundente no ano de 2024

Volney Campos dos Santos
presidente do Sinduepg

uma vez a recomposição salarial.

Com isso, os docentes de todo o estado decidiram, em assembleia, deflagrar greve a partir do dia 15 de maio.

Somente no dia dois de junho o documento proposto pela Apiesp chegou até a Casa Civil. O governo se comprometeu a agilizar a avaliação do documento e encaminhá-lo para votação na Alep se os docentes cessassem a greve. As seções sindicais suspenderam a greve em todas as universidades estaduais do Paraná.

Os docentes da UEPG, UEM, Unicentro e Unioeste suspenderam a greve no dia sete do mesmo mês, já os professores da UEL, UENP e Unespar no dia 15. Após intensa agenda de reuniões com o governo do estado, o Comando Estadual de Greve (CEG) identificou, a partir da falta de coerência entre as falas dos representan-

tes do governo, que não houve tramitação do Plano de Carreira Docente e que a estratégia do governo do estado e sua falta de vontade política permaneciam.

Nesse momento, o governo do estado já se esforçava para desqualificar o movimento docente e culpabilizar a greve pela não tramitação do plano de carreira. Entretanto, os fatos e o tempo já falavam por si e as evidências mantiveram os professores e professoras firmes no propósito de manterem-se unidos em busca da recuperação das perdas inflacionárias.

No apagar das luzes do ano de 2023, o governo do estado, finalmente, aprovou a alteração no Plano de Carreira. De todas as reivindicações históricas dos docentes, a alteração no Adicional de Titulação foi a única aprovada. O Comando de Greve avaliou como posi-

tiva a conquista do novo ATT e afirmou que os outros itens da pauta histórica estarão presentes na agenda de lutas para o ano de 2024.

A luta docente em 2024

Os itens não contemplados no PCCS, ou desfigurados na proposta aprovada no final de 2023, retornarão como pauta de lutas em 2024, além de outros temas caros às garantias dos docentes e à qualidade da universidade pública paranaense, como a Lei Geral das Universidades (LGU) e a data-base. “A cada ano fica muito nítido o quão ainda mais precarizado fica o ensino superior paranaense com a LGU. Uma lei geral não interessa para quem faz ensino, pesquisa e extensão efetivamente, ela só interessa para quem busca expandir poder político e aumentar a ingerência na gestão universitária, ou seja, ao governo do estado e às reitorias. Essa é uma campanha que nós vamos desenvolver de forma contundente no ano de 2024”, aponta Volney.

Além das questões técnicas e salariais, outro assunto que deve aparecer na agenda do movimento é a saúde docente, que está cada vez mais afetada, dada a superexploração do trabalho, que hoje predomina pela falta de agentes administrativos e docentes efetivos. “Isso é resultado do aumento da burocratização da vida do docente. Hoje em dia, muitos docentes dedicam muito mais tempo às atividades burocráticas do que a fazer ensino, pesquisa e extensão”, enfatiza Santos.

As pautas da categoria se estendem ano a ano e destacam a importância do movimento sindical organizado para lutar pela garantia de direitos dos servidores.



Precarização do Ensino Superior Público

Professores temporários relatam dificuldades e insegurança no trabalho na Universidade

Falta de garantias dos contratos interfere nos planejamentos dos docentes

Nos mais variados departamentos de ensino da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) é possível encontrar docentes com contratos temporários (CRES - contrato em regime especial). A situação, que é prevista na Constituição Federal, se repete em todas as esferas da admi-

nistração pública. Porém, a contratação de servidores temporários deveria ocorrer somente em casos excepcionais e não como regra. Segundo dados da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp), até 31 de dezembro de 2023, os contratos por tempo pré-determinado (temporários) representavam 30%

do total do corpo docente da UEPG, ou seja, 289 dos 935 professores lecionavam nestas condições.

As dificuldades e desafios encontrados na rotina dos chamados 'professores colaboradores' incluem a alta carga horária de aulas; a proibição de coordenar projetos de pesquisa e extensão, entre outros. Além disso, o contrato por tempo determinado deixa incerto o futuro do trabalhador, que não tem garantia na continuidade de emprego após o período pré-estabelecido, o que impacta no bem-estar e saúde mental.

Para Pedro Miranda, professor temporário no Departamento de Direito do Estado, não é raro encontrar docentes nessas condições. "Tenho vários colegas, eu inclusive, com problemas de ansiedade e depressão. Não é nada incomum, na sala de profes-

sores, discutir problemas de saúde mental", alerta. Além das condições de trabalho diferentes de um docente efetivo, os professores temporários enfrentam a perda constante de direitos trabalhistas, como o Fundo de Garantia, por exemplo.

De acordo com a professora do Departamento de Serviço Social da UEPG, Kelen da Silva Bernardo, com doutorado pela UFPR sobre a flexibilização contratual no setor público, o professor temporário, apesar do alto grau de formação, mantém uma condição fragilizada e instável. Esses professores também são diariamente desestimulados a lutar pelas garantias de seus direitos. "Se, para os efetivos, há um processo de luta constante de não retirada dos direitos, para os temporários é muito mais complexo. A



Pedro Miranda, professor temporário na UEPG. | Foto: Sinduepg

pesquisa identificou que trabalhadores temporários, mesmo que estejam em uma situação de insegurança e fragilidade, são desestimulados a participar de sindicatos, devido ao histórico de lutas do sindicalismo no Brasil”, complementa Kelen.

A luta junto ao movimento sindical é sempre uma questão que envolve medo e insegurança para esses trabalhadores. Uma das cláusulas do contrato dos professores temporários é a proibição de incitação ou adesão às greves, situação que é inconstitucional. Segundo o assessor jurídico do Sinduepg, Paulo Eduardo Rodrigues, o professor que participar de movimentos grevistas não pode ser demitido por este motivo. “A greve é um direito assegurado na Constituição Federal. A participação nela não é causa para demissão”. Ainda de acordo com o advogado, qualquer professor temporário que for demitido por aderir à greve, poderá reverter a demissão judicialmente.

Instabilidade afeta vida pessoal

As condições de trabalho dos professores temporários não lhes garantem segurança e estabilidade financeira, o que os obriga, em muitos casos, a recorrerem a outros trabalhos para complementar sua renda. Os contratos podem ser renovados por no máximo dois anos sendo avaliados a cada ano, o que inviabiliza qualquer planejamento a médio e longo prazo. “O que acontece com a maioria dos professores colaboradores é que a gente não consegue se dedicar completamente à univer-



sidade. Aí o professor precisa arranjar uma universidade particular por fora, ou às vezes fazer algum outro trabalho”, destaca Pedro Miranda.

A instabilidade empregatícia também prejudica o desenvolvimento profissional dos professores temporários. Com a impossibilidade em desenvolver pesquisas, o docente temporário pode ter mais dificuldade de se manter atualizado na sua área.

Qualidade de ensino ofertado

Por conta de fatores externos que estão fora do alcance dos docentes, a qualidade de ensino pode ser afetada de diversas

maneiras. Além do alto número de horas-aula, os professores temporários não podem assumir a coordenação de projetos de pesquisa e/ou extensão. A professora Kelen justifica que tais projetos possibilitam que o professor se atualize, aprofunde seus conhecimentos e os desenvolva em sala de aula. “Se você não tem tempo para participar da pesquisa e extensão, isso vai impactar a qualidade do ensino”, expõe a professora Kelen. Apesar de poderem participar de projetos, estas horas são consideradas apenas como um ‘trabalho voluntário’. No entanto, a participação em atividades de extensão e pesquisa são critérios para uma

boa classificação e aprovação em concursos públicos.

Outro aspecto que influencia na qualidade de ensino é a alta rotatividade de disciplinas e de professores, e muitas vezes, a falta de conhecimento sobre determinado assunto. Pedro Miranda argumenta que esse fator gera insegurança para o docente ministrar as aulas. Para a professora Kelen da Silva Ber-

nardo, a alta rotatividade de disciplinas e também o fato de não poder escolher as disciplinas que gostaria de lecionar, prejudicam diretamente o trabalho dos docentes.

Há alguns anos, o governo do estado não disponibiliza concurso para compor o quadro de professores efetivos, o que torna cada vez mais frequente a contratação de temporários. “O problema é que temos trabalhadores que estão há mais de dez anos na condição de professor temporário e rodando nas disciplinas e nas universidades. Qual é a qualidade de vida desse professor?”, questiona Kelen.

O que poderia resolver os problemas da contratação temporária?

A realização de novos concursos públicos para contratação de professores efetivos poderia resolver tais problemas. Entre as demais medidas está a aprovação de uma revisão no Plano de Carreira dos docentes e, sobretudo, a devida valorização do ensino estadual, seja na educação básica, ensino médio ou superior. Os professores temporários seguem na luta pela garantia de condições efetivas de trabalho.



Kelen da Silva Bernardo, professora na UEPG. | Foto: Sinduepg

Comando Docente realiza terceiro Seminário Estadual sobre a Lei Geral das Universidades

Encontro deve discutir a inconstitucionalidade da Lei e suas aplicações

O Comando Sindical Docente (CSD) promove no dia 12 de abril a terceira edição do Seminário Estadual sobre a Lei Geral das Universidades (LGU). O encontro será na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em Cascavel, e deve reunir professores, representantes de todas as universidades estaduais do Paraná e Diretórios Centrais Estudantis.

O objetivo do seminário é debater as questões acerca da Lei com a finalidade de apresentar os pontos que são inconstitucionais, bem como avaliar a sua implementação e seus prejuízos. No segundo Seminário, realizado em Ponta Grossa, o grupo identificou que todas as comunidades universitárias das sete universidades rejeitaram a LGU por conta desta inconstitucionalidade, em seus seminários, assembleias e publicações. No entanto, a LGU segue sendo implementada nas Universidades.

De acordo com o relatório do II Seminário Estadual sobre a LGU, em uma análise jurídica, a Lei



Registro da primeira edição do Seminário Estadual promovido pelo Comando Sindical. Foto: Arquivo

termina com a garantia constitucional das Universidades continuarem como autarquias especiais, pois se transformam definitivamente em apêndices do governo, com o fim definitivo da autonomia universitária.

Diante dessas condições é necessário ampliar o debate e fortalecer o posicionamento de rejeição à LGU, que foi o resultado das consultas às comunidades universitá-

rias e que não foi acompanhada pela postura de completa aceitação das reitorias.

O tema central do seminário é “LGU: História, Constitucionalidade, Orçamento, Impactos acadêmicos e na política docente”. O Seminário será realizado durante todo o dia, com mesa redonda e Grupos de Trabalho (GTs). Ao final do encontro será elaborado o Documento Final, uma

cartilha que deverá ser distribuída a toda comunidade acadêmica apontando principais aspectos e impactos negativos, sobre cursos, trabalho docente, estudantes e constitucionalidade.

O Sinduepg convida a todos e todas para o seminário, e reforça a importância da participação da comunidade universitária, para impulsionar a luta contra a Lei Geral das Universidades no Paraná.

DOCENTE, FILIE-SE AO SINDUEPG! FORTALEÇA A LUTA!

SINDUEPG

Seção Sindical dos Docentes da
Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANDES

SINDICATO NACIONAL